

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 249 – 02/05 à 06/05/2022

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[SIT lança ferramenta de Autodiagnóstico Trabalhista](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 05/05/2022

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), vinculada à Secretaria de Trabalho (STRAB) do Ministério do Trabalho e Previdência lançou nesta quinta-feira (05/05) o Autodiagnóstico Trabalhista, elaborada em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Autodiagnóstico Trabalhista integra o [Programa Trabalho Sustentável](#), que reúne uma série de atividades, como capacitações, campanhas e sistemas desenvolvidos pela SIT para a promoção do trabalho decente e a conduta empresarial responsável

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Decisão que suspendeu cobrança de CSR em acordo homologado foi legal, diz TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/05/2022

Por maioria, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou mandado de segurança impetrado pela União para suspender a anulação de auto de infração lavrado contra a Amazon Líder Transportes e Turismo Ltda., de Manaus (AM), e suspendeu a cobrança de contribuição social rescisória (CSR) a ex-empregados. Para o colegiado, não houve ilegalidade quanto à suspensão.

### [Construtoras são condenadas por contratar prestadoras com capital social inferior ao exigido em lei](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2022

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a MRV Construções e o Parque Moradas da Serra Incorporações, de Minas Gerais, ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 200 mil, pela contratação de empresas prestadoras de serviços com capital social incompatível com o número de empregados. Segundo o colegiado, as empresas praticaram atos ilícitos contra a ordem jurídica trabalhista e ofenderam a coletividade de trabalhadores.

### [Banco pagará salários a empregada considerada inapta após alta previdenciária](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2022

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que cabe ao Banco Bradesco S.A. pagar os salários de uma bancária de Porto Velho (RO) que ficou em situação de limbo jurídico-trabalhista-previdenciário após alta pelo INSS. Segundo o colegiado, ainda que ela tenha sido considerada inapta pela empresa, o contrato de trabalho voltou a gerar seus efeitos após a cessação do benefício.

## [Ausência de comprovação de registro na Susep não invalida apólice de seguro garantia judicial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2022

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a deserção (falta do depósito recursal regular) de recurso em que a Cassol Pré-Fabricados Ltda., de Canoas (RS), havia apresentado, em substituição ao depósito recursal, apólice de seguro garantia judicial sem a comprovação de registro na Superintendência de Seguros Privados (Susep). Para o colegiado, a indicação do número de registro e dos demais dados constantes do cabeçalho da apólice já preenche o requisito para sua validade.

## [Greve de rodoviários do Espírito Santo contra reforma da previdência é considerada abusiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2022

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho declarou abusiva a greve deflagrada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários), em 14/6/2019, contra a emenda constitucional de reforma da previdência social em tramitação, na época, no Congresso Nacional. De acordo com o colegiado, a paralisação teve motivação política, com pretensões que não poderiam ser atendidas pelo empregador. A decisão autoriza o desconto do dia parado nos salários de quem participou do movimento.

## [Ofensas genéricas não impedem condenação de confecção por assédio moral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2022

A Confecções de Roupas Seiki Ltda., de São Paulo (SP), foi condenada a pagar R\$ 5 mil de indenização a uma assistente que era ofendida pela gerente da loja. O direito havia sido negado na segunda instância, que entendera que as ofensas ocorriam de forma geral, contra todas as pessoas que trabalhavam no local. Mas, para a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, isso não afasta a configuração do assédio moral.

## [Aprendizagem: empresa de segurança de Brasília \(DF\) é condenada por não cumprir cota](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2022

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Ipanema Segurança Ltda., de Brasília (DF), por não contratar aprendizes. Segundo o colegiado, o descumprimento da cota legal dessa modalidade de contratação atinge todas as pessoas que potencialmente poderiam se capacitar e ingressar no mercado de trabalho por meio da aprendizagem.

## [TST aprova lema “o tribunal da Justiça Social” para uso institucional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2022

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) formalizou o uso do lema “O Tribunal da Justiça Social”. O objetivo da medida é ampliar a identificação da sociedade com a Corte, responsável por julgar litígios que envolvem as múltiplas relações de trabalho.

## [Montadora custeará despesas médicas de metalúrgico que rompeu tendão do ombro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2022

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Renault do Brasil S.A. a custear as despesas médicas necessárias ao tratamento de um metalúrgico que ficou incapacitado para sua função em razão de doença profissional. O pagamento das despesas médicas futuras deverá ser efetuado mediante apresentação de receitas, notas fiscais ou outros documentos com validade jurídica que comprovem o valor gasto com o tratamento e a correlação com a enfermidade constatada na reclamação trabalhista.

## [Ação de carpinteiro de Teresina \(PI\) é remetida para Cotia \(SP\), local da prestação de serviço](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2022

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Renault do Brasil S.A. a custear as despesas médicas necessárias ao tratamento de um metalúrgico que ficou incapacitado para sua função em razão de doença profissional. O pagamento das despesas médicas futuras deverá ser efetuado mediante apresentação de receitas, notas fiscais ou outros documentos com validade jurídica que comprovem o valor gasto com o tratamento e a correlação com a enfermidade constatada na reclamação trabalhista.



## Notícias do Executivo

### [Inspeção do Trabalho lança Sistema Ipê para denúncias de trabalho infantil](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 05/05/2022

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Previdência apresentou, nesta quinta-feira (5), uma nova modalidade do Sistema Ipê - agora para recebimento de denúncias de trabalho infantil. Desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a plataforma on-line permite inserir, processar, classificar e acompanhar denúncias sobre a ocorrência do trabalho infantil em todo território brasileiro. “O sistema vai qualificar o recebimento de denúncias sobre a ocorrência de trabalho infantil e agilizar o seu atendimento. Além disso, o uso de algoritmos que pré-qualificam a gravidade, complexidade e grau de informações da denúncia vão facilitar a triagem das informações”, explica o secretário de Trabalho, Luis Felipe de Oliveira.

### [Sancionada Lei que altera regras de pagamento de perícias judiciais](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 04/05/2022

Em solenidade no Palácio do Planalto, nesta quarta-feira (4), o presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou o Projeto de Lei nº 4.491, que estabelece novas regras para o pagamento de honorários periciais em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte. As perícias judiciais são necessárias nos processos que envolvem a concessão de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou benefícios previdenciários decorrentes de incapacidade laboral.

### [Governo lança medidas para impulsionar a inserção e manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 04/05/2022

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou em cerimônia no Palácio do Planalto,

nesta quarta-feira (4), Medida Provisória que institui programa voltado à inserção e à manutenção das mulheres e jovens no mercado de trabalho e Decreto que visa criar 100 mil novas vagas de aprendizagem profissional e contribuir para melhorar a qualificação e a empregabilidade dos jovens. A ação faz parte do Programa Renda e Oportunidade (PRO), uma série de medidas lançadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência para alavancar a retomada do emprego e da economia no País.

### [Instituições refletem sobre prevenção em Dia Mundial da SST](#)

Fundacentro - 03/05/2022

Uma data para reflexão. Essa foi a marca das falas na abertura do evento on-line, realizado pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em parceria com a Fundacentro no 28 de abril – Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. É possível assistir ao vídeo pelo [canal da Enit no YouTube](#).

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Entidades se juntam ao MPT para promover a inclusão de jovens negras e negros no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/05/2022

Representantes de sete entidades que trabalham diretamente com comunidades negras de Santa Catarina em defesa dos seus direitos, eliminação das discriminações e plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural, reuniram-se na última terça-feira (4), na sede do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC), em Florianópolis.

[Empresa de engenharia não pode discriminar candidatos a vagas de emprego em razão da idade](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/05/2022

Uma liminar proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Lençóis Paulista impôs à Enesa Engenharia S.A a obrigação de não discriminar candidatos a vagas de emprego em razão da idade, “para quaisquer das atividades que ofereça”, usando como base de seleção as aptidões profissionais do trabalhador, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 por candidato discriminado. A ação é do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Bauru (SP).

[Acordo obriga sindicato a consultar trabalhadores sobre banco de horas](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/05/2022

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) e o Sindicato dos Motoristas e Ajudantes de Entregas do Estado da Paraíba (SINDMAE-PB) firmaram um termo de ajustamento de conduta (TAC) que obriga a entidade a consultar trabalhadores sobre banco de horas. O termo foi firmado após a constatação de que a direção sindical estava celebrando acordos coletivos autorizando banco de horas sem a consulta aos trabalhadores da empresa acordante.

## [MP-SC lança programa “Trabalhando Juntos” em Jaraguá do Sul \(SC\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/05/2022

A Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul (SC) promove nesta quarta-feira (4), a partir das 9 horas, no Centro Empresarial de Jaraguá do Sul audiência pública do programa “Trabalhando Juntos”, criado pelo Ministério Público de Santa Catarina como ação de promoção da aprendizagem profissional e erradicação do trabalho infantil em Santa Catarina.

## [MPT-PB participa de live sobre empregabilidade de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/05/2022

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) participou, na manhã desta terça-feira (3), da live ‘Os Novos Desafios da Empregabilidade da Pessoa com Deficiência’. O evento virtual foi realizado pela Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad), em parceria com o MPT. A live faz parte da programação da Semana da Empregabilidade da Pessoa com Deficiência.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Nota Pública – SINAIT recebe com preocupação alterações no instituto da Aprendizagem Profissional](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/05/2022

O SINAIT recebeu com preocupação as alterações no instituto da Aprendizagem contidas na Medida Provisória (MP) 1.116/2022 e no Decreto 11.061/2022, editados neste 4 de maio. A entidade ainda analisa os normativos, mas adianta que não irá aceitar qualquer medida que resulte na redução do alcance da política de aprendizagem e na restrição das competências dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

### [Coordenadores de Fiscalização de Aprendizagem entregam cargos coletivamente contra MP 1.116](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/05/2022

Nesta quinta-feira, 5 de maio, os Auditores-Fiscais do Trabalho que ocupam cargos de Coordenação de Fiscalização de Aprendizagem Profissional realizaram a entrega coletiva da função, nas 27 unidades da federação. A decisão foi uma resposta ao conteúdo da Medida Provisória (MP) 1.116 e ao Decreto 11.061, os dois de 4 de maio de 2022, que versam sobre mudanças de normas relativas à Aprendizagem Profissional e à Fiscalização do Trabalho.

### [FGTS Digital: conheça o novo sistema de recolhimento do benefício](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/05/2022

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) lançou, na manhã desta quarta (04/05), o [Portal de Informações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço Digital -FGTS-Digital](#). Em breve, a plataforma, composta por um conjunto de sistemas integrados, passará a gerenciar os processos relacionados ao cumprimento da obrigação de recolhimento do FGTS. A novidade foi [apresentada](#) por um grupo de Auditores-Fiscais do Trabalho, por

meio do canal da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit, no YouTube. A transmissão foi planejada em duas etapas. Neste primeiro dia, foram apresentadas as funcionalidades do portal e, na quinta-feira (05/05), outra transmissão mostrará a relação do eSocial com o FGTS Digital e, ainda, como funciona a plataforma.

## Outras Notícias

### [TRT-2 mantém justa causa de cozinheira que negou vacina contra Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 08/05/2022

O direito individual à intangibilidade do corpo não pode ser usado para colocar em risco o direito à saúde e à vida dos demais membros da coletividade. Com esse entendimento, a 13ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região manteve a justa causa aplicada a uma cozinheira que não usava máscara de proteção no ambiente de trabalho e que se recusou a tomar a vacina contra a Covid-19. Com a decisão, ela perde direito a aviso prévio, seguro-desemprego, FGTS e outras verbas.

### [Especialistas apontam lacunas na Medida Provisória que regulamenta o teletrabalho](#)

Consultor Jurídico - 07/05/2022

No último dia 25 de março, o presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória 1.108/22, que regulamenta o teletrabalho (home office). Ela também permite a adoção do modelo híbrido pelas empresas, com a prevalência do remoto sobre o presencial, ou vice-versa. Segundo o texto, a presença do trabalhador na empresa para desempenhar tarefas específicas — ainda que de modo recorrente — não descaracteriza o trabalho remoto. A MP também determina que profissionais com deficiência ou filhos pequenos devem ter prioridade para vagas de home office, além de contemplar aprendizes e estagiários.

### [Flexibilização da competência territorial em razão do princípio do acesso à Justiça](#)

Consultor Jurídico - 06/05/2022

A fixação da competência é fundamental para o exercício da jurisdição. Desse modo, tradicionalmente, costuma-se conceituar a jurisdição como a aplicação da lei ao caso concreto para solução do conflito de interesses; e, a competência como o limite da jurisdição. A competência territorial na Justiça do Trabalho é determinada segundo a circunscrição

geográfica na qual atua o órgão jurisdicional, estando prevista no artigo 651 da CLT, que determina em regra, a competência do local da prestação de serviços.

### [Fim do estado de emergência de saúde pública e as repercussões trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 05/05/2022

Publicada no último de 22 de abril de 2022, a Portaria GM/MS nº 913 que declarou, no âmbito da União, o encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da Covid-19. De acordo com o artigo 2º da referida portaria, que entrará em vigor 30 dias após a sua publicação, o Ministério da Saúde continuará a orientar os demais entes da República Federativa do Brasil, a saber: estados, o Distrito Federal e os municípios.

### [Falta de consenso sobre a terceirização do SESMT marca última reunião do GTT para revisão da NR 4](#)

Revista Proteção - 05/05/2022

A menos de 15 dias do início das discussões e deliberações da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente) sobre o novo texto da NR 4 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), o ponto que trata sobre a possibilidade de terceirização do SESMT ainda é motivo de divergências entre as bancadas. Na última reunião do GTT (Grupo de Trabalho Tripartite), realizada nos dias 25 e 26 de abril, representantes do governo, dos empregadores e trabalhadores não chegaram a um consenso. Todos os itens deste, que é considerado o tema mais polêmico da revisão, ainda estão em avaliação ou com pedido de exclusão.

### [ANAMT reitera que os exames médicos ocupacionais no formato de telemedicina seguem vetados](#)

Revista Proteção - 05/05/2022

Foi divulgada no Diário Oficial da União de 5 de maio a [Resolução CFM nº 2.314/22](#), que regulamenta a telemedicina como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação. Entre os pontos abordados no texto, está a determinação do atendimento nesta modalidade ser registrado “em prontuário médico físico ou no uso de sistemas informacionais, em Sistema de Registro Eletrônico de Saúde (SRES) do paciente, atendendo aos padrões de representação, terminologia e interoperabilidade.”

### [Conselho Federal de Medicina regulamenta prática da Telemedicina no Brasil](#)

Revista Proteção - 05/05/2022

“Baseada em rígidos parâmetros éticos, técnicos e legais, a norma abre as portas da integralidade para milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do Sistema Único e Saúde (SUS) e, ao mesmo tempo, confere segurança, privacidade, confidencialidade e integridade dos dados dos pacientes”, destacou o presidente do CFM, José Hiran Gallo.

### [A 110ª Conferência Internacional do Trabalho começará em 27 de maio](#)

Organização Internacional do Trabalho - 06/05/2022

A Conferência será realizada em formato híbrido, com os delegados presentes pessoalmente em Genebra, bem como virtualmente, para atender às restrições sanitárias e de viagem da COVID-19, bem como os trabalhos de renovação nos edifícios da ONU e da OIT em Genebra. A sessão inaugural da CIT, que será totalmente virtual, acontecer em 27 de maio. As comissões iniciarão seus trabalhos em 30 de maio. As sessões plenária acontecerão entre os dias 6 e 11 de junho. Entre os itens da agenda estará a possível alteração da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998, para incluir condições de trabalho seguras e saudáveis.



## Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/PFE-INSS/INSS Nº 61, DE 25 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 02/05/2022 Seção I Pág. 216) - Comunica para cumprimento a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 5023503-36.2012.4.04.7100/RS - reconhecer o direito à concessão do benefício de auxílio-reclusão aos dependentes de segurado recluso que não possuir, na data do recolhimento à prisão, salário de contribuição, para fins de comprovação de sua condição de “baixa renda”, desde que preenchidos os demais requisitos, e rever os requerimentos indeferidos;

[PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/INSS/SPMF/SPREV/MTP Nº 2, DE 20 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 04/05/2022 Seção I Pág. 563) - Prorroga o prazo de vigência da realização da Perícia Médica com Uso da Teleavaliação - PMUT, definido na Portaria Conjunta DIRBEN/INSS/SPMF/SPREV/MTP nº 1, de 26 de janeiro de 2022, que estabelece o fluxo de operacionalização para realização da Perícia Médica com Uso da Teleavaliação - PMUT, em cumprimento à decisão do Tribunal de Contas da União – TCU;

[LEI Nº 14.331, DE 4 DE MAIO DE 2022](#) (DOU de 05/05/2022 Seção I Pág. 02) - Altera a Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento de honorários periciais e sobre os requisitos da petição inicial em litígios e em medidas cautelares relativos a benefícios assistenciais e previdenciários por incapacidade; e revoga dispositivo da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022](#) (DOU de 05/05/2022 Seção I Pág. 03) - Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

[DECRETO Nº 11.061, DE 4 DE MAIO DE 2022](#) (DOU de 05/05/2022 Seção I Pág. 05) - Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e o Decreto nº 10.905, de 20 de dezembro de 2021, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional;

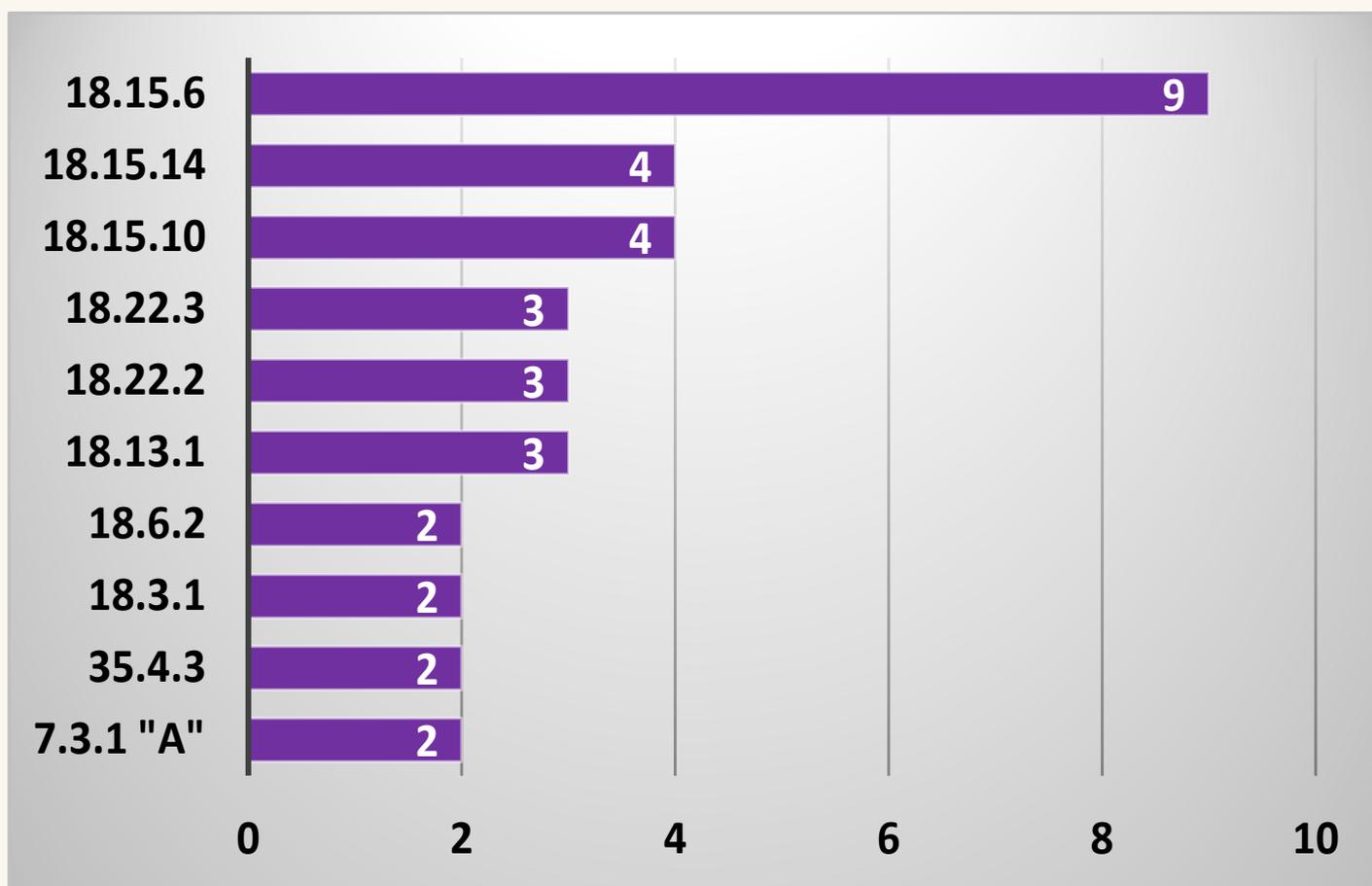
[RESOLUÇÃO CFM N° 2.314, DE 20 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 05/05/2022 Seção I Pág. 227) - Define e regulamenta a telemedicina, como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação;

[PORTARIA SPREV/MTP N° 4.099, DE 5 DE MAIO DE 2022](#) (DOU de 06/05/2022 Seção I Pág. 183) - Altera a Portaria n° 24, de 24 de junho de 2019, que institui o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade - Programa de Revisão, no âmbito da Subsecretaria da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência, que regulamenta a capacidade operacional regular do perito médico federal e estabelece diretrizes e procedimentos;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

**Interdição:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.15.14** Os andaimes cujos pisos de trabalho estejam situados a mais de um metro de altura devem possuir escadas ou rampas.

**18.15.10** Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.

**18.22.3** O cinto de segurança tipo pára-queda deve ser utilizado em atividades a mais de 2,00m (dois metros) de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**18.6.2** Muros, edificações vizinhas e todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação devem ser escorados.

**18.3.1** São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

**35.4.3** Todo trabalho em altura deve ser realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de risco de acordo com as peculiaridades da atividade.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*